

Classe, Gênero e Raça - as trabalhadoras negras na cidade de Campos dos Goytacazes/RJ

CLASS, RACE AND GENDER - BLACK WOMEN WORKERS IN THE CITY OF CAMPOS DOS GOYTACAZES, RIO DE JANEIRO, BRAZIL

Resumo:

Este artigo pretende problematizar a consubstancialidade das relações sociais (classe, raça e gênero) mediadas pelo mercado de trabalho em Campos dos Goytacazes na atualidade, sem perder de vista o legado da escravidão e os sucessivos processos de expropriação empreendidos pela modernização conservadora ao longo do século XX. Para dar conta desta análise, serão utilizados, além da literatura especializada, os estudos do IPEA (2017), assim como os resultados da pesquisa realizada com os beneficiários do Programa de Transferência de Renda Bolsa Família, no município de Campos dos Goytacazes, no ano de 2010. (ALMEIDA, 2012).

Palavras-chave: Mulheres, Mercado de Trabalho, Campos dos Goytacazes/RJ.

Abstract:

This article aims to discuss the consubstantiality of social relations (class, race and gender) mediated by current labor market in Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, Brazil, without losing sight of the legacy of slavery and the everlasting processes of expropriation undertaken by conservative modernization throughout the twentieth century. In order to handle this task, in addition to the specialized literature, it will be used the studies of the IPEA (2017) as well as the results of the survey on the beneficiaries of the Bolsa Família Income Transfer Program, in the municipality of Campos dos Goytacazes in 2010 (ALMEIDA, 2012).

Keywords: Consubstantiality, Women, Labor Market, Campos dos Goytacazes/RJ.

Pauline Aparecida Ildfonso F. da Silva

Assistente Social e Mestranda em Desenvolvimento Regional, Ambiente e Políticas Públicas, da UFF em Campos dos Goytacazes/RJ.
paulinevitoria@hotmail.com

Érica Terezinha Vieira de Almeida

Doutora em Serviço Social pela ESS/UFRJ, Professora Adjunta da UFF/ Campos dos Goytacazes
E-mail: ericalmeida@uol.com.br

A consubstancialidade das relações sociais como perspectiva de análise das desigualdades de classe, gênero e raça

Para compreender o conceito de consubstancialidade, é preciso compreender sobre quais pilares está assentado. A consubstancialidade agrega em si três conceitos-chaves: os conceitos de gênero, de raça e de classe social. Sendo assim, a consubstancialidade traz para o centro do debate das Ciências Sociais as relações de gênero, raça/cor e classe como agentes contínuos, mediados por diferentes contextos. Ou seja, a perspectiva da consubstancialidade não reconhece tais elementos como superpostos e adicionais no movimento real das relações sociais, mas como elementos complementares e imbricados, produtores e produtos das relações sociais. Nas palavras de Kergoat (2006), gênero, raça e classe - concomitantemente - convergem para que as condições de subalternidade sejam construídas e mantidas na sociedade. Segundo ela,

as relações sociais são consubstanciais; elas formam um nó que não pode ser desatado no nível das práticas sociais, mas apenas na perspectiva da análise sociológica; e as relações sociais são coextensivas: ao se desenvolverem, as relações sociais de classe, gênero e "raça" se reproduzem e se coproduzem mutuamente. (KERGOAT, 2006, p.94)

Como uma lente para a leitura das relações sociais, a consubstancialidade permite uma análise mais aproximada das condições objetivas das mulheres negras e pobres inseridas em uma

sociedade extremamente desigual, como é o caso do Brasil. Para Kergoat (2010), não obstante as conquistas feministas durante todo o século XX, ainda são muitas as assimetrias e disparidades entre homens e mulheres no mercado de trabalho nas últimas décadas, para não falarmos de outros campos, como o da participação na política institucional. "Em 2013, as mulheres ocupavam cerca de 20% dos assentos nos parlamentos em todo o mundo, segundo dados divulgados pela *Inter-Parliamentary Union*; no Brasil, ocupam menos de 10% das cadeiras na Câmara dos Deputados e cerca de 16% no Senado" (BIROLI, 2013, p. 29).

Em pleno século XXI, as mulheres ainda têm que enfrentar o sexismo¹ das profissões, sobretudo no que se refere à desigualdade salarial para as mesmas ocupações/profissões. "O fato de se ter mais mulheres do que homens nos patamares superiores da educação formal não impede, por exemplo, que 43% dos homens brasileiros tenham empregos com carteira de trabalho assinada contra apenas 25% das mulheres[...]" (BIROLI, 2013, p. 29). Associado ao sexismo, o forte legado do patriarcado familiar e institucional, que define e estabelece os "lugares" de cada sexo na sociedade a partir de papéis bem definidos e distintos, também restringe as mulheres aos espaços domésticos e às atividades do "cuidado", afastando-as da vida pública e das arenas políticas, sobretudo, nas sociedades nas quais o modelo de pro-

teção social não é universal e amplo, sobrecarregando-as com o trabalho “não pago”, mas necessário à reprodução social. Sobre isso, as pesquisas de Abramo (2007) nos lembram de que o trabalho feminino há muito deixou de ser complementar ao trabalho do cônjuge. Como confirmação dessa tendência, podemos citar o crescimento das taxas relativas tanto às chefias de domicílio por mulheres quanto aos arranjos monoparentais femininos, como veremos mais à frente.

No que se refere às mulheres negras, tanto o sexismo quanto o machismo continuam agindo sobre as suas vivências de trabalho, já marcadas pela experiência do racismo e pelas condições de subalternidade. Mulheres negras e pobres tendem a ocupar postos de trabalho com menores remunerações, ou seja, aqueles ligados ao serviço doméstico e à serventia de modo geral. Nesse sentido, as relações consubstanciais são “construções sociais” articuladas no e pelo contexto histórico em que foram geradas. Nesse sentido, Garcia e Garcia Jr. (2013) trazem uma importante contribuição às análises sobre desigualdade, quando afirmam que

Processos históricos diferentes implicam diferenças das configurações sociais com base no sexo, raça e em variáveis definidoras de classes sociais; análise comparativa, em escala internacional é, portanto, reveladora de certos invariantes, como por exemplo a condição subalterna de contingentes femininos ou de descendentes de africanos. (p.11)

Dito isto, torna-se cada vez mais importante analisar as desigualdades de classe em associação a outros determinantes sociais como raça/cor e gênero, na medida em que estas atenuam ou alimentam, recriando ou promovendo a manutenção e a reprodução das relações capitalistas e das suas desigualdades. Concordamos com Ângela Davis (1982) quando ela afirma que se faz necessário um olhar que traga a questão da equidade histórica sobre a trajetória da mulher negra, não somente por uma questão ética da história, mas por reconhecer as “ligações históricas”, ou seja, as relações sociais que permaneceram através do tempo, influenciando e dando forma às relações sociais vigentes e, principalmente, criando obstáculos para a construção de uma sociedade livre do racismo, da desigualdade de gênero e das desigualdades de classe. Como indica Souza (2017, p.3), “a nossa elite econômica também é uma continuidade perfeita da elite escravagista”. Para ele, ambas se caracterizam pela rapinagem de curto prazo (via juros ou riquezas naturais) e não se importam em comprometer as gerações futuras, sobretudo, os mais empobrecidos.

A mulher negra trabalhou como cozinheira, faxineira, ama de leite, dama de companhia, babá, quituteira, lavadeira, vendedora ambulante, fonte reprodutora de escravos, curandeira; foi fonte de prazer, trabalhadora da lavoura, cuidadora, dentre outras. Segundo dados da Organização Internacional do Trabalho,

As desigualdades de gênero e raça são eixos estruturantes da matriz ou do padrão de desigualdade social no Brasil, padrão esse que, como já foi assinalado, está na raiz da permanência e reprodução das situações de pobreza e exclusão social. As desigualdades e a discriminação de gênero e raça no Brasil são problemas que dizem respeito à maioria da população: as mulheres representam 42% da População Economicamente Ativa (PEA) no Brasil e os negros, de ambos os sexos, representam 45%. Somados, correspondem a 68% da PEA, ou seja, 55 milhões de

pessoas. As mulheres negras, por sua vez, correspondem a 18% da PEA, o que significa 14 milhões de pessoas e, como resultado da dupla discriminação de gênero e raça, apresentam uma situação de sistemática desvantagem em todos os indicadores sociais e de mercado de trabalho considerados.

(OIT/GRPE, 2016, p. 51)

Os estudos sobre desigualdades de gênero e raça no Brasil, realizados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA (2017), nos auxiliam na compreensão das relações de consubstancialidades no mercado de trabalho na atualidade. Segundo eles, a taxa de participação da população feminina em idade ativa (de 16 a 59 anos) trabalhando ou à procura de emprego, no período de 1995 a 2015, oscilou entre 54% e 55%, não tendo jamais chegado a 60%. Isto significa que quase a metade das brasileiras em idade ativa não está inserida no mercado de trabalho e nem à procura de trabalho. São mulheres que assumem os trabalhos domésticos e de cuidado da família, tradicionalmente legados às mulheres como funções femininas. Outra explicação encontra-se na pouca escolaridade e na dificuldade de se inserirem no mercado de trabalho, como veremos mais adiante.

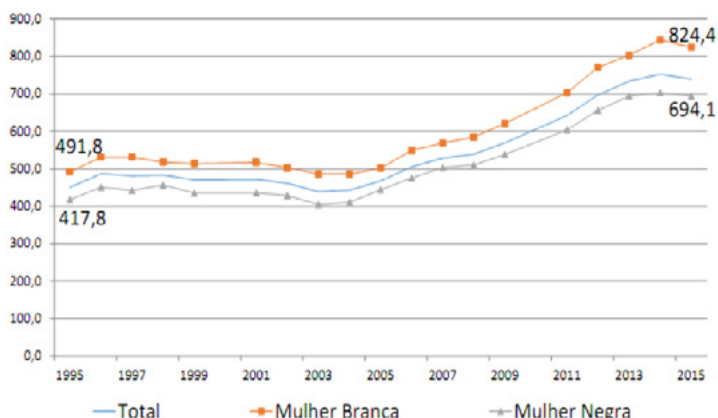
Em 2015, a taxa de desocupação feminina era de 11,6% e, no caso das mulheres negras, de 13,3%². Chama atenção a centralidade do emprego doméstico entre as ocupações femininas. No caso das mulheres negras, o emprego doméstico refere-se a 18% das ocupações. No entanto, apesar de constituírem o maior grupo entre as domésticas, ainda permanecem as desvantagens das trabalhadoras negras em relação às brancas no item formalização e proteção social. Enquanto 29,3% das trabalhadoras domésticas negras tinham carteira assinada em 2015, entre as brancas, esse índice chegava a 32,5%. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) (IBGE, 2016), o Brasil tinha 6,158 milhões de trabalhadores (as) domésticos (as), dos quais 92% eram mulheres. Em 2015, 88,7% dos (as) trabalhadores (as) domésticos (as) entre 10 e 17 anos eram meninas e 71% eram negras. Para Souza (2017, p. 3), “a ralé de novos escravos”, mais de um terço da população, é explorada pela classe média e pela elite do mesmo modo que o escravo doméstico: pelo uso de sua energia muscular em funções indignas, cansativas e com remuneração abjeta”.

A proporção da população sem renda própria também sofreu mudanças nas últimas duas décadas. Nesse caso, o viés de gênero é bastante evidente, fazendo com que entre as mulheres seja muito maior a proporção de pessoas sem renda, o que está diretamente relacionado à menor participação feminina no mercado de trabalho. Percebe-se, no entanto, uma redução importante nessa proporção ao longo do período analisado. Entre as mulheres negras, por exemplo, 46,7% não possuíam renda própria em 1995. Em 2015, essa taxa foi reduzida para 27,3%. Essa redução tem relação com a ampliação do acesso aos benefícios assistenciais (Benefício da Prestação Continuada – BPC) e aos Programas de Transferência de Renda Condicionada (Programa Bolsa Família) por parte das famílias mais empobrecidas, em especial, pelas mulheres responsáveis pelos arranjos monoparentais, ou seja, sem a presença do cônjuge.

Todavia, a inserção das mulheres negras no mercado de trabalho, assim como a promoção/universalização das Políticas de Igualdade Racial, continuam sendo um desafio tanto no que se refere à melhoria das condições objetivas dessas mulheres

e suas famílias quanto à construção e ao fortalecimento da sua identidade cultural, uma dimensão central na afirmação da cidadania desse grupo social. Sobre a desigualdade de rendimentos, tendo como referência a cor/raça, o gráfico a seguir confirma a desigualdade entre trabalhadoras brancas e negras no mercado de trabalho, como será apresentado no próximo item relativo ao mercado de trabalho local.

GRÁFICO 1 : RENDIMENTO MÉDIO MENSAL DAS TRABALHADORAS DOMÉSTICAS, POR COR/RAÇA – BRASIL, 1995 A 2015



Fonte: PNAD/IBGE Elaboração IPEA/DISOC/NINSOC 2017.

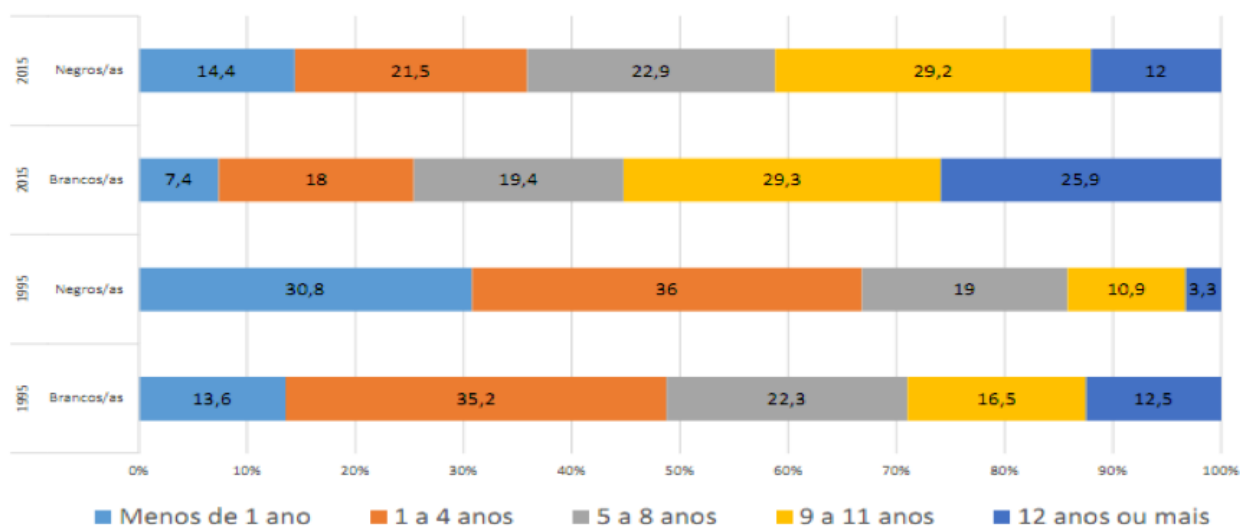
Ainda que o sexismo, como já salientado, promova distorções na relação entre maior escolaridade/melhor rendimento, entre as mulheres, a escolaridade aparece como uma dimensão importante, embora não seja a única, na conquista de melhores posições no mercado de trabalho e, por conseguinte, de melhores salários. O acesso à educação, de maneira geral³, permite a reelaboração do mundo a partir de novas perspectivas e interesses, ou seja, ela é fundamental para a construção de subjetividades críticas e, também, para o fortalecimento das identidades tradicionalmente subalternizadas. O Gráfico 2 contribui para refletirmos não só sobre a escolaridade no País, por gênero e cor/raça, mas, principalmente, para problematizarmos sobre as possibilidades das políticas governamentais e

sua urgência. Gráfico 2.

Inicialmente, cabe registrar a melhoria dos indicadores de escolaridade nos últimos 20 anos, em virtude dos Programas de Transferência de Renda condicionados à frequência escolar. Além disso, a expansão da rede pública e das matrículas e do transporte escolar possibilitou a universalização do ensino fundamental no País, ainda que este seja objeto de crítica, diminuindo o tempo de estudo entre pobres e ricos. No entanto, ainda salta aos olhos a discrepância entre brancos e negros no que se refere ao grupo com maior escolaridade, 25,9% contra 12%. Embora esse dado nos indique que os brancos com maior escolaridade representam o dobro dos negros em igual posição, ele nos revela, também, que a participação dos negros neste grupo cresceu 300% nas duas últimas décadas. Certamente em razão das políticas públicas afirmativas que estabeleceram cotas raciais e sociais nas universidades públicas estaduais e federais. Outro dado favorável refere-se ao crescimento do percentual de negros com 9 a 11 anos de estudo, de 10,9%, em 1995, para 29,2%, em 2015. Se observarmos com cuidado, esse percentual se iguala entre brancos e negros em 2015 (29,2% e 29,3%).

Esses dados são de extrema importância para refletirmos sobre os impactos positivos das políticas públicas universais, neste caso, da Educação aliada às políticas de recorte racial/cor. As pesquisas sobre a implementação da política de cota racial em todo o território nacional têm apontado resultados bastante positivos no que se refere à democratização do acesso à Universidade, ainda que precisemos avançar na política de permanência dos jovens universitários, já que o índice de evasão vem crescendo e ameaçando o resultado da política de cota nos últimos dois anos. Todavia, no que tange à escolaridade das mulheres negras em idade adulta, os dados apontam o que a literatura já vinha chamando atenção: o abandono precoce em virtude da necessidade de "ajudar na renda familiar", considerado o principal motivo para o abandono da escola nos anos de 1980 e 1990, já que esse público não contou com as políticas governamentais de permanência na escola nem com os programas universais de combate ao trabalho infantil, que se generalizam como modalidade de política de assistência social, no final dos anos de 1990, e se universalizam a partir dos anos de 2003.

GRÁFICO 2 : PROPORÇÃO DE PESSOAS DE 25 ANOS OU MAIS DE IDADE, POR COR/RAÇA E FAIXA DE ANOS ESTUDO – BRASIL, 1995 E 2015



Fonte: PNAD/IBGE Elaboração IPEA/DISOC/NINSOC 2017.

A mulher negra e o mercado de trabalho na cidade de Campos dos Goytacazes/RJ

Segundo Ribeiro (2012), a abolição não libertou o negro do preconceito de cor sofrido por ele, mas uniu o preconceito de cor com o de classe, processos discriminatórios presentes no processo de constituição do Brasil e, principalmente, da Região Norte Fluminense. A autora também afirma que a cor desempenhou, e ainda desempenha, o papel de um símbolo, uma referência que situa um indivíduo em um certo degrau da escala social. (2012)

Em Campos, após a abolição da escravidão, negras e negros tiveram inicialmente como opção de subsistência o trabalho nas antigas atividades nas terras dos antigos senhores. Segundo Neves (1986), do início do século XX até a expansão das atividades agrícolas pelas usinas, mais precisamente na década de 40, essa cultura era realizada por colonos, moradores ou trabalhadores alugados⁴. Para Neves (1986), com a mecanização introduzida na lavoura, em especial no transporte, os fazendeiros e usineiros vão colocar em prática um conjunto de iniciativas de intimidação e de provocação no sentido de interromper o contrato com os colonos facilitando a sua expulsão da terra. Esse processo tem início nos anos 50 e vai se intensificar na década seguinte com o Estatuto da Terra, que liquida, de vez, com as relações de parceria e colonato. Ao analisar a unificação do mercado de trabalho rural/urbano de Campos, Benetti (1986) indica que

Nas novas relações contratuais dos trabalhadores simplesmente existirá o salário[...]. Nem teto, nem alimento, nem terra de subsistência farão parte da relação contratual. De trabalhador rural, de trabalhador da cana-de-açúcar, passará a ser trabalhador que trabalha na cana de açúcar, e não somente na cana de açúcar, mas em qualquer outro lugar que possibilite sua reprodução. Trabalhadores para todos os capitais. (p.65)

A maior parte desta mão de obra itinerante, como já adiantamos, é oriunda dos processos de expropriação da classe trabalhadora⁵. Assim, se a cultura da cana-de-açúcar representou, até meados do século XX, a forma comum de subsistência da classe trabalhadora na Região, sendo ao mesmo tempo espaço de trabalho, de subsistência e lugar de convivência e moradia, a expulsão dos trabalhadores do campo com a mecanização e modernização das relações de trabalhos os re-territorializa, lançando-os em um novo processo de reprodução social sem nenhum tipo de proteção social. Nos anos de 1980, com a intensificação da crise do setor sucroalcooleiro na Região, essa atividade voltou a perder força de trabalho. A perda de centralidade dessa ocupação entre os trabalhadores empobrecidos é, talvez, a maior prova da "crise" do setor, o que fez com que os trabalhadores buscassem novas ocupações em outros setores, em especial, nos da construção civil e de serviços.

A combinação da crise nacional com a crise da agroindústria sucroalcooleira local foi decisiva para agravamento do desemprego no campo e na cidade. A concorrência com o Estado de São Paulo, maior produtor de açúcar e de álcool (derivados da cana), e o processo de reestruturação produtiva no setor fez

com que dezenas de usinas locais entrassem em processo de falência. Algumas poucas foram vendidas para o capital "de fora", sobretudo paulista, e outras simplesmente arrendaram suas terras ou as utilizaram como estoque. Este processo, que tem início na metade dos anos 80, vai se estender durante toda a década de 1990, com a liberalização da economia por intermédio da adoção do receituário neoliberal, da reestruturação no mundo do trabalho e da política de ajuste fiscal, promovendo uma drástica redução dos postos de trabalho no País e, por conseguinte, no município. No caso de Campos, embora a grande maioria dos trabalhadores rurais já não residisse mais nas fazendas, o fechamento das usinas provocou um forte desemprego entre os trabalhadores pauperizados e de menor escolaridade. (ALMEIDA, 2017, p.221)

Nas palavras de Kowarick (1979), essa associação inversa entre exploração do trabalho e as péssimas condições de reprodução social desses trabalhadores, materializada na ausência e/ou precarização dos direitos sociais fundamentais, que ele chamou de "espoliação urbana", é o elemento comum no processo de urbanização das cidades brasileiras e de formação do mercado de trabalho urbano. Essa experiência para a classe trabalhadora oriunda do campo não inclui apenas a ocupação das "favelas" e periferias por meio da autoconstrução e sua inclusão subalterna em atividades ligadas à construção civil e à serventia doméstica, mas, principalmente, a vivência de novas sociabilidades pautadas em novas práticas e em novas moralidades, além da aproximação com um conjunto de instituições e atores estranhos ao seu modo de vida anterior. Estudos sobre os trabalhadores urbanos e moradores das periferias das grandes cidades, anos de 1970 e de 1980, como os realizados por Zaluar (1985), Sader (1988) e Sarti (1996)⁶, destacam não apenas as trajetórias de trabalho desses novos personagens, agora radicados nas "franjas" e "margens" das cidades, mas, sobretudo, as mudanças operadas nas suas sociabilidades. Para Sposito,

A diferenciação socioespacial é a marca das cidades, desde os primórdios da urbanização. Não há cidades sem divisão social do trabalho, o que pressupõe uma divisão territorial do trabalho. Essa divisão se estabelece diferentemente, no decorrer do longo processo de urbanização. (2011, p.124)

Desta forma, investigar a cidade torna-se um exercício de conhecer a sua história econômica, seus processos sociopolíticos, suas sociabilidades e seus sujeitos, com destaque para aqueles que experimentaram e ainda estão submetidos aos processos de subalternidade e de violação dos direitos, bem como às diferentes formas de resistência e de luta política. No caso dos trabalhadores e trabalhadoras da Região Norte Fluminense, a primazia dos vínculos entre as transformações no mundo do trabalho na agroindústria sucroalcooleira com o processo de reprodução social dos trabalhadores, como chamam atenção NEVES (1986), BENETTI (1986) e CRUZ (1986), marcam os estudos nesse campo. Só assim podemos compreender como as desigualdades socioespaciais se reprodu-

ziram e, ainda se reproduzem, vis-à-vis a dinâmica do capitalismo na Região, com especial atenção para a natureza do capital, dos investimentos e das alianças políticas a partir da implantação do complexo do petróleo e gás na Bacia de Campos e dos recentes investimentos ligados ao Porto do Açu.

Ao fazer referência às duas formas de segregação, a autosegregação e a segregação imposta, Corrêa (1995) afirma que enquanto a primeira refere-se à segregação da classe dominante, a segunda trata das formas experimentadas pelos grupos sociais, cujas opções de como e onde morar são pequenas ou quase nulas. Nessa lógica, Faria (2005) vai apontar que, em Campos dos Goytacazes,

a população menos favorecida, por motivos óbvios, é deixada à margem deste processo de 'modernização'; vivendo em condições precárias, ela se distribui pelas zonas mais distantes da cidade e onde os serviços de infraestrutura ainda não chegaram: a periferia da cidade onde ainda existem pântanos e alagadiços. (Faria, 2005, p. 7)

Continuando, Faria (2005) nos lembra que, em 1940, a população urbana representava apenas 30% do total da população campista. Ao final da década de 70, início da década de 80, com a generalização das formas capitalistas no campo, a população urbana atingiu 58% da população, ou seja, um crescimento de 28% em três décadas, o que contribuiu para aumentar o número de favelas e das áreas periféricas da cidade, bem como a densidade demográfica nesses espaços urbanos, já que o processo de urbanização não foi acompanhado da lógica da distribuição dos recursos e dos bens públicos.⁷ Sobre o crescimento da população urbana nas décadas posteriores à década de 70, vejamos a Tabela 1, abaixo.

Segundo estudos de CRUZ (1992), nos anos 90, a produção de cana e açúcar por usinas altamente tecnificadas passou a ser metade daquela dos anos 80, fazendo com que o emprego no setor, entre meados de 1980 e 2001, diminuísse de cerca de 50 mil para cerca de 15 mil. A perda de 35 mil postos de trabalho deslocou essa mão de obra para o mercado de trabalho urbano. Ainda segundo CRUZ (2016), com a derrocada da economia agroindustrial de açúcar e álcool, no final da década de 80, o ritmo do crescimento demográfico de Campos só se elevou após as mudanças na legislação da exploração e produção de petróleo, que aumentou enormemente o montante das rendas recebidas pelo município, a partir de 1999. Por ter a maior

área confrontante com a Bacia de Campos, o município de Campos é o maior recebedor nacional de rendas do petróleo, o que eleva artificialmente o seu Produto Interno Bruto - PIB, figurando como um dos 13 maiores PIBs do País em 2013.

Retornando ao mercado de trabalho, se considerarmos o recorte de gênero, observaremos que, segundo o IBGE (2010), o setor de serviços continua como o principal empregador da força de trabalho feminina em Campos dos Goytacazes. Ainda de acordo com o IBGE (2010), a população feminina economicamente ativa era de 87.178 pessoas. Dentre elas, 44.179 mil, ou seja, 51% eram mulheres pretas e pardas e 91% do total das mulheres com mais de 16 anos de idade estavam alocadas no setor de serviços. Embora a maioria da PEA feminina fosse composta pelas mulheres negras, a taxa de ocupação das mulheres brancas (de 51,18%) com mais de 16 anos de idade era superior a das mulheres negras (de 49%).

Ao observarmos os dados de escolaridade, também a partir do recorte de gênero, percebemos que apenas 34% das mulheres ocupadas têm ensino médio completo ou superior incompleto. As mulheres sem instrução ou com ensino fundamental incompleto formam o segundo grupo de ocupação feminina, com 30%, reproduzindo o quadro nacional no que se refere à escolaridade. No que diz respeito a esse grupo, supomos que ele seja formado pelas trabalhadoras que ocupam as atividades precarizadas e subalternas, como o serviço doméstico, a faxina, dentre outras.

Quanto ao rendimento do trabalho, os dados do IBGE (2010) indicam que, enquanto a proporção de pessoas de 16 anos ou mais, independente da cor/raça, com rendimento de até um salário mínimo, era de 29% dos ocupados, as pessoas pretas e pardas, na mesma situação, constituíam 34%, ou seja, cinco pontos a mais do que a média dos ocupados. No entanto, se observarmos apenas a proporção de mulheres brancas e negras que ganhavam até um salário mínimo, ela era de 31%, dois pontos acima da média para homens e mulheres em geral e três pontos abaixo da taxa dos homens e mulheres negras. Essas comparações sugerem não apenas que as mulheres, em geral, recebem menos do que os homens, mas, também, que há uma hierarquia de rendimento entre homens brancos e negros, assim como entre mulheres brancas e negras, conforme indicam os dados do IPEA (2017).

TABELA 1: POPULAÇÃO RESIDENTE E DOMICÍLIOS 1980 - 2010
CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ

	1970	1980	1991	2000	2010
Domicílios	57.816	73.731	95.749	112.095	142.418
População	318.806	348.542	389.109	406.989	463.731

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1970/2010

Dos 58.907 mil domicílios permanentes urbanos com mulheres responsáveis pelo domicílio, em 2010, 30.032 domicílios, ou seja, 51% deles eram de responsabilidade de mulheres negras, nos levando a concluir que esses arranjos vêm enfrentando um conjunto de dificuldades no que se refere à sua reprodução social com base no acesso aos direitos fundamentais expressos na Constituição de 1988, considerando os obstáculos no acesso ao mercado de trabalho, a precarização dos direitos e a superexploração do trabalho, formas perversas que combinam produtividade com excessos de esforço físico, longas jornadas e baixíssimas remunerações. Somado a isso, encontramos o adoecimento e o trabalho “não pago” exercido pelas mulheres pobres que, historicamente, conjugam as tarefas relativas à produção e à reprodução social das suas famílias assim como das famílias para as quais trabalham em condições extremamente precárias e de subalternidade como indicam os dados da pesquisa realizada com os beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF) de Campos (ALMEIDA, 2012).

De acordo com Almeida (2012), o trabalho nas lavouras de cana, em 2010, atingia apenas 4,1% das ocupações apresentadas pelos beneficiários entrevistados; bem atrás das ocupações como pedreiro e ajudante de pedreiro (17,6%), faxineiro (a)/diarista (14%) e servente/auxiliar de serviços gerais (7,5%). Considerando o recorte de gênero, a pesquisa demonstra que 30% das mulheres trabalhavam como faxineira/diarista, seguidas das empregadas domésticas (14%), das manicures (8%) e das catadoras (7%). E mais, que apenas 20% delas tinham carteira assinada, o que significava ter acesso a um melhor rendimento, além das garantias trabalhistas e previdenciárias.

Continuando, as mulheres que deixaram a escola precocemente o fizeram em virtude da gravidez e do casamento e/ou união estável. Chama atenção o fato de que 24% dos responsáveis pelas famílias beneficiadas pelo PBF tinham entre 18 e 29 anos e de que 44% deles já não conviviam com o seu companheiro(a).

No que se refere às mulheres que não estão no mercado de trabalho e nem estão procurando trabalho, a pesquisa de Almeida (2012) revelou que 70% das mulheres adultas beneficiadas pelo PBF não estavam trabalhando. Entre os motivos apresentados, apareceram: porque não encontra trabalho (27,5%); em virtude de problemas de saúde (27,3%); e porque não tem onde deixar os filhos

(12,7%). Em entrevista, essas mulheres denunciaram a falta de apoio das políticas governamentais, confirmando as dificuldades de conciliar as atividades domésticas, o “cuidado” com a casa, com os filhos e com os demais membros da família, como pai e mãe idosos e doentes, com o trabalho. Os conflitos e as tensões cotidianas provocados por esse “modelo” de família e aprofundados pela vulnerabilidade gerada pela desigualdade de renda e de acesso aos direitos sociais vêm adoecendo as mulheres. Segundo esta mesma pesquisa, entre aqueles que responderam que não estão trabalhando em virtude de problemas de saúde, 88% eram mulheres, e a média de idade das mesmas era de apenas 43 anos, isto é, em plena idade produtiva. Os dados acima chamam atenção para um conjunto de desafios que são enfrentados diariamente pelas trabalhadoras, em sua grande parte, negras, com destaque para a ausência e/ou insuficiência das políticas governamentais. Essa (des)responsabilização social do Estado brasileiro tem afetado o cotidiano das famílias, sobrecarregando ainda mais as mulheres pertencentes à classe que vive do trabalho, em especial, as trabalhadoras negras.

Antunes (2005), referindo-se à dupla jornada de trabalho da mulher trabalhadora, dentro e fora de sua casa, afirma que

[...] ao fazê-lo, além da duplicidade do ato do trabalho, ela é duplamente explorada pelo capital: desde logo por exercer, no espaço público, seu trabalho produtivo no âmbito fabril. Mas, no universo da vida privada, ela consome horas decisivas no trabalho doméstico, com o que possibilita (ao mesmo capital) a sua reprodução, nessa esfera do trabalho não-diretamente mercantil, em que se criam as condições indispensáveis para a reprodução da força de trabalho de seus maridos, filhos, filhas e de si própria. Sem essa esfera da reprodução não-diretamente mercantil as condições de reprodução do sistema de metabolismo social do capital estariam bastante comprometidas, se não inviabilizadas. (p.109)

Na periferia do capitalismo, sob a lógica da superexploração⁸, ela se torna uma condição estrutural da valorização. Daí a importância de compreendermos a nova dinâmica do capital, bem como as suas particularidades na periferia do capitalismo no sentido de evitarmos as reflexões miméticas e/ou simplistas sobre as possibilidades “positivas” dos chamados Grandes Investimentos na Região Norte Fluminense, neste trabalho, vistas sob a ótica do trabalho protegido, da garantia dos direitos sociais, da socialização da po-

Considerações finais:

A nova rodada de inserção da Região Norte Fluminense no mercado mundial, pela via de exportação de commodities primárias, prioritariamente, petróleo e minério de ferro⁹ vem promovendo um conjunto de mudanças no espaço regional, que incluem as remoções forçadas e sob violência contra os camponeses no Açú, 5º distrito de São João da Barra, as remoções urbanas, a degradação da atividade pesqueira artesanal, a perda de autonomia dos assentamentos de reforma agrária e de quilombolas, dentre outros, gerando, por sua vez, conflitos e resistências.

Além do complexo de petróleo e gás na Bacia de Campos,

implantado no final dos anos 1970, a Região recebeu, mais recentemente, a partir do final da primeira década de 2000, um conjunto de Grandes Investimentos (GIs), com destaque para os investimentos de logística – o megaporto do Açú, em S. João da Barra, vinculado à exportação de minério e de produtos agroindustriais e ao apoio à exploração de petróleo e gás, pertencente ao um Fundo de Investimento americano, o EIG – e de serviços ao Complexo de E&P e ao Complexo Portuário do Açú, na área urbana – hotéis, centros de armazenagem e distribuição, complexos de atacado e de varejo, como shopping centers – por meio de grandes empresas nacionais

e transnacionais. Esses investimentos são viabilizados, em sua maior parte, por recursos federais, em parcerias com o capital privado, uma vez que se inscrevem na estratégia de inserção subordinada do Brasil na economia internacional (CRUZ, TERRA, ALMEIDA, 2016). De maneira diversa e plural, essa nova dinâmica imposta “por cima” pelos grandes capitais, em especial, pelos fundos de investimentos e de pensão, “os novos agentes” da dinamização do capitalismo mundial, a partir dos anos de 1970, tem capturado o Estado em todos os seus níveis para impor a sua lógica e a partir dela ordenar o espaço intranacional. Essa nova ocupação do espaço regional, de maneira desigual e combinada como já salientavam os autores da tradição marxista, comporta elementos comuns, como a fragmentação, a desagregação das sociabilidades anteriores, em particular dos grupos tradicionais afetados em suas atividades, como os pescadores, assentados, camponeses e quilombolas. Além desses grupos tradicionais, o novo ordenamento territorial da cidade por parte dos empreendimentos imobiliários (grandes incorporadoras e fundos imobiliários) impôs uma agenda de remoções forçadas em nome da proteção ambiental e do combate à vulnerabilidade e ao risco pessoal e social nas últimas duas décadas, provocando uma verdadeira reconfiguração do espaço urbano e no modo de vida de uma parcela da classe que vive do trabalho e se reproduz nas favelas e periferias da cidade (ALMEIDA, 2017).

No que se refere ao mercado de trabalho, Cruz, Terra e Almeida (2016) afirmam que a atividade produtiva, em si, (referindo-se aos grandes investimentos) não foi capaz de alterar a dinâmica municipal, corroborando o argumento de que eles possuem diversas características de enclaves¹⁰ (PIQUET, 2007). As pesquisas indicam que o mercado de trabalho de Macaé, que possuía um terço da população de Campos quando da implantação do Complexo de petróleo e gás e que hoje contabiliza ainda menos da metade, possui duas vezes mais empregos com carteira assinada do que Campos. Cabe ressaltar que esses números compreendem os trabalhadores que se deslocam diariamente, ou sazonalmente, no caso do

trabalho embarcado, nas plataformas *offshore*, entre seus municípios de residência e Macaé (CRUZ, TERRA, ALMEIDA, 2016). No que se refere ao Porto do Açú, o município de Campos, pelo seu porte, localização e infraestrutura de comércio e serviços, vem se reforçando como polo regional, sediando unidades de logística de distribuição de mercadorias e centros de moradia e de consumo sofisticado. O que se percebe é que os investimentos recentes do grande capital estão produzindo três polos regionais (Macaé, Campos e São João da Barra), apontando para uma aglomeração urbano-regional ampla, com características de região metropolitana do interior (CRUZ, TERRA, ALMEIDA, 2016).

Se, por um lado, isso poderia implicar em mais e melhores postos de trabalho, a natureza concentradora desses empreendimentos (de renda, de terra, de poder político e de acesso aos bens materiais e culturais), gerados de “fora” do território e voltados para “fora” desse mesmo território, nos leva a questionar e a duvidar dos seus propósitos de integração da população “no” e “pelo” mercado de trabalho, em particular, dos trabalhadores empobrecidos e daqueles com menor escolaridade pela intermediação de atividades protegidas e melhor remuneradas. Como já observamos, os dados do IBGE (2010) e da pesquisa com os beneficiários do Programa Bolsa Família (ALMEIDA, 2012) destacam a continuidade das condições precárias e desprotegidas para a grande parcela da classe que vive do trabalho, próprias do atual padrão de mundialização do capital (CHESNAIS, 1996).

Nesse sentido, queremos chamar atenção para o fato de que o processo de apropriação do território pelos grandes capitais nacionais e internacionais se estende, também, às atividades subsidiárias dos GIs, sobrepondo-se aos capitais de médio porte locais tradicionais e “esvaziando” o controle das elites políticas tradicionais. O que necessariamente força uma nova recomposição política na Região a partir desses novos agentes “de fora” e dos seus “projetos”, reacomodando interesses e rearticulando velhos e novos regionalismos (VEINER, 1991). Mas isso é assunto para um novo artigo.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, L. Inserção das mulheres no mercado de trabalho na América Latina: uma força de trabalho secundária? In: HIRATA, H.; SEGNINI, L (Orgs.) Organização, trabalho e gênero. São Paulo: SENAC, 2007.

ALMEIDA, E. T. V. A disputa pelo lixo e a resistência dos catadores em contextos de

Segregação socioespacial. *Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento*. Curitiba/PR, v. 6, n. 2, p. 215-233, mai./ago. 2017. Disponível em: <<https://periodicos.utfpr.edu.br/rbpd>>

_____. Relatório final projeto de pesquisa Assistência Social: universalização do direito ou assistencialização? - problematizando o significado atual da Assistência Social no enfrentamento da “questão social” no município de Campos dos Goytacazes/RJ - 2009 a 2012. UFF/NETRAD, Campos dos Goytacazes, 2012.

_____, RANGEL, E. M. Trabalho e reprodução das famílias de trabalhadores beneficiários do bolsa família em Campos dos Goytacazes/RJ. *Vértices*. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense. V.16, nº2, set./dez.2014. Campos dos Goytacazes/RJ: Essentia Editora, pp. 43-70.

ANTUNES. Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.

BENETTI, P. Unificação do mercado de trabalho rural/urbano. In: PIQUET, Rosélia

(org). *Acumulação e pobreza em Campos: uma região em debate*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1986. pp. 48-67.

BIROLI, F. Autonomia e desigualdades de gênero: contribuições do feminismo para a crítica democrática. Vinhedo/SP: Ed. Horizonte, 2013.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. O Espaço Urbano: Novos Escritos sobre a Cidade. São Paulo: FFLCH, 2007, 123p. Disponível em: <<http://www.fflch.usp.br/dg/gesp>>

CHESNAIS, F. A mundialização do capital. São Paulo, Xamã, 1996.

CORRÊA, R. L. *O espaço urbano*. Série Princípios. 3ª ed. São Paulo: Editora Ática, 1995.

CRUZ, TERRA, ALMEIDA. (Des) integração periférica e espaços regionais globalizados SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE LA RII: *Crisis mundial y financiarización: impactos urbanos y territoriales*. Monterrey/MX, 2016.v.01.

CRUZ, José L. V. Mercado de trabalho e exclusão em Campos/RJ. In: *Boletim Técnico do SENAC*. Vol. 18, nº3, set./dez. Rio de Janeiro: SENAC, 1992.p.159-176.

_____. Análise do perfil ocupacional da população de baixa renda de Campos dos Goytacazes/RJ. In: PIQUET, Rosélia (org). *Acumulação e pobreza em Campos: uma região em debate*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1986. pp. 29-47.

FARIA T.P. Configuração do Espaço Urbano da Cidade de Campos dos Goytacazes, após 1950: novas centralidades velhas estruturas. ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA: DO LABIRINTO DA SOLIDÃO AO ESPAÇO DA SOLIDARIEDADE. 5. Anais... São Paulo, p. 78-99, 2005.

IPEA. *Retrato das desigualdades de Gênero, raça e classe no Brasil*. Brasília: IPEA, 2017. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/retrato/apresentacao.html>>. Acesso em 10/09/2017>

KOWARICK, L. A espoliação urbana. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
 MARINI, R.M. Dialética da dependência. 1973. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marini/1973/mes/dialetica.htm>>
 NEVES, Delma. Mudança tecnológica e emprego. In: PIQUET, Rosélia (org). *Acumulação e pobreza em Campos: uma região em debate*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1986. pp. 86-103.
 REZENDE, Simone Silva. Negros na Mata Atlântica. Territórios quilombolas e a conservação da natureza, 2008. 355p. (Tese de Doutorado em Geografia Física) Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.

RIBEIRO, Rafaela M.. O negro e seu mundo: Vida e trabalho no pós-Abolição em Campos dos Goytacazes (1883-1893). 2012. 237 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Sociologia Política, CCH, Universidade Estadual do Norte Fluminense, Campos dos Goytacazes, 2012.

VAINER, Carlos B. Regionalismo e projeto nacional: uma reflexão sobre regionalismos velhos e novos. Cadernos IPPUR/UFRJ. Rio de Janeiro, ano VII, nº 2, p.21-34, set.1993.

NOTAS

1 - Tratamos como sexismo as atitudes de discriminação em relação às mulheres no mercado de trabalho ou fora dele.

2 - Os maiores patamares encontram-se entre as mulheres negras com ensino médio completo ou incompleto (9 a 11 anos de estudo). Nesse grupo, a taxa de desocupação em 2015 foi de 17,4%. (IPEA. Retrato das desigualdades de Gênero, raça e classe no Brasil. Brasília: IPEA, 2017. Disponível em:<<http://www.ipea.gov.br/retrato/apresentacao.html>. Acesso em 10/09/2017>

3 - Embora reconheçamos que nem todas as escolas atuam da mesma forma e de que são inúmeras e distintas as pedagogias, oscilando entre aquelas que emancipam e aquelas que subalternizam e reproduzem as violências simbólicas. Entretanto, ainda que nem todas realizem a tarefa de construir um cidadão crítico e capaz de desconstruir e de desconfiar dos mitos da colonização, do patriarcado, do sexismo e de tantas outras ideologias que nos distinguem e subalternizam, defendemos o acesso universal à educação, em todos os níveis, como um direito social fundamental e como elemento de socialização necessário na construção de um projeto societário radicalmente democrático e de direitos.

4 - Os colonos tinham acesso a uma área de terra preparada e às mudas de cana cedidas pelos proprietários ou arrendatários. Ao final, cada parte se apropriava de metade da cana produzida. Já os moradores residiam nas propriedades, trabalhavam diariamente e recebiam uma área para o cultivo de subsistência. Além disso, eles tinham acesso a leite, lenha e podiam criar um ou dois animais no pasto do patrão, o que compensava os baixíssimos salários e a ausência de direitos trabalhistas, como férias e 13º. Os alugados eram demandados na época de pico como tarefeiros, geralmente, no plantio, corte e embarque da cana.

5 - Faz-se necessário ressaltar o papel da escravidão na manutenção da grande extensão territorial do Brasil, tanto no período da Colônia quanto no pós-1822. Não foi por acaso que a Lei de Terras, de 1850, foi instituída logo após a proibição do tráfico de escravos. Essa legislação elevou o preço da terra, exigindo também

o pagamento à vista e em dinheiro no ato da compra. Nas palavras de Santos (2015), "Para manter o latifúndio e dinamizar o caráter capitalista da propriedade foi preciso conter o acesso à terra da grande maioria da população, composta de negros e negras recém-saídos da escravização por meio de inúmeras formas". (SANTOS, R. E.O marxismo e a questão racial no Brasil: reflexões introdutórias. Lutas sociais, São Paulo, vol. 19, nº34, jan./jun. 2015, p. 107)

Folha de São Paulo. Jessé de Souza Ilustríssima p. 3, domingo, 24 de setembro de 2017. A marca da escravidão - uma outra forma de interpretar o Brasil.

6 - Ver ZALUAR, Alba. A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza. Ed. Brasiliense, 1985; SADER, Eder. Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo 1970-1980. Paz e Terra, 1988 e SARTI, Cynthia A. A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres. Cortez, 1996.

7 - Ver PESSANHA, R. M. Observatório Socioeconômico da Região Norte Fluminense - Boletim Técnico n.º 5: "Favelas/comunidades de baixa renda no município de Campos dos Goytacazes". ago. 2001.

8 - Para Marini, a superexploração do trabalho se faz por meio da redução dos salários/remuneração do trabalhador, restringindo sua reprodução e a de sua família aos mínimos de sobrevivência, portanto, abaixo dos "padrões normais" socialmente vigentes em cada sociedade (MARINI, R.M. Dialética da dependência. 1973. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marini/1973/mes/dialetica.htm>>

9 - Ver: CRUZ, TERRA, ALMEIDA. (Des) integração periférica e espaços regionais globalizados. SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE LA RII: Crisis mundial y financiarización: impactos urbanos y territoriales. Monterrey/MX, 2016.v.01.

PIQUET, R. (2007) Indústria do petróleo e dinâmica regional: reflexões teórico-metodológicas. In:

10 - PIQUET, Rosélia; SERRA, Rodrigo (Orgs). Petróleo e Região no Brasil. Rio de Janeiro: Garamond. p.15-33.

MBA em Gestão de Pessoas: Estratégias e Resultados



UNIVERSIDADE
CANDIDO MENDES

Maiores informações e pré-inscrição:
 (22) 2726-2405 / (22) 2726-2400
posgraduacao@ucam-campos.br
www.ucam-campos.br